



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMETÁ

C.N.P.J.: 34.625.749/0001-46
ESTADO DO PARÁ

Ata da 1ª Sessão da Tribuna Popular do 2º
Período da 19ª Legislatura da Câmara
Municipal de Cametá, realizada no dia 04-
08-2021.

Às nove horas do dia quatro de agosto do ano de dois mil e vinte e um, no Plenário “Deputado Nelson da Silva Parijós” a Câmara Municipal de Cametá-PA realizou a 1ª Sessão da Tribuna Popular do 2º período da 19ª legislatura, fundamentada na Resolução nº 002/2019 de 13-05-2019, que dispõe sobre a alteração do Regimento Interno da Câmara Municipal de Cametá, Resolução nº 72/1991, incluindo a SESSÃO VIII: DA TRIBUNA POPULAR, no CAPÍTULO VI, Art. 67, inciso “a” e dá outras providências. A Sessão foi presidida pelo Exmo. Vereador João Paulo Cunha Nunes, secretariada pelo 1º Secretário o Exmo. Vereador Waldecy Nunes dos Santos e 2º Secretário o Exmo. Vereador Francisco Assis da Silva Gomes. Estiveram presentes os vereadores: Amilton Trindade Alho (PSB), Benedito Siqueira Nunes (PT), Francisco Assis da Silva Gomes (PT), Hélio do Socorro Viana de Leão (PSD), João Paulo Cunha Nunes (MDB), Manoel Alvim Batista da Silva (PSC), Odimar Ribeiro Valente (PSC), Ricardo Ferreira Gonçalves (PSB), Ronivaldo Fernandes do Carmo (PSC) e Waldecy Nunes dos Santos (PSD). Justificaram ausência os vereadores: Ivan Tavares da Silva (PT), José Ferreira dos Santos (PODE) e Maria Wanderléia Assunção Camarinha (MDB). Dando abertura, o Presidente saudou a todos e convidou a fazer uso da palavra os cidadãos inscritos para a 1ª Sessão da Tribuna Popular: O Sr. **Benedito Amadeu Assunção Rodrigues**, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Cametá abordou o tema: Agricultura Familiar no município de Cametá. Em seu pronunciamento disse que a agricultura familiar é o ponto principal da economia do município de Cametá por ser fonte de renda e distribuição de alimentos à população local. Informou que o Sindicato propôs ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA o estudo de viabilidade técnica para emissão do Cadastro Ambiental Rural - CAR às propriedades dos agricultores familiares da



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMETÁ

C.N.P.J.: 34.625.749/0001-46
ESTADO DO PARÁ

região ribeirinha/ilhas. Expôs que atualmente os agricultores familiares encontram dificuldades para conduzir os trabalhos no campo por necessitarem de atenção especial do Poder Público Municipal: 1- Mecanização da terra no preparo para o plantio; 2- Financiamento agrícola para custear as atividades pertinentes à cadeia produtiva; 3- Infraestrutura que possibilite o transporte e escoamento da produção (limpeza de furos e igarapés, terraplanagem de ramais e vicinais); 4- Fornecimento de mudas de qualidade; 5- Promoção da regularização fundiária das propriedades rurais e 6- Emissão do Cadastro Ambiental Rural – CAR às propriedades gerenciadas por agricultores familiares no município. Pediu ao Poder Legislativo: a) Intervenção junto aos órgãos de segurança pública do Estado do Pará para que possam garantir segurança nas comunidades do interior; b) Pautar com o Poder Executivo Municipal a realização de concurso para Agente Comunitário de Saúde, visando dar cobertura às comunidades desassistidas pelo atendimento primário em saúde no meio rural do município; c) Solicitar à Secretaria Municipal de Saúde - SMS que os médicos façam atendimento nos finais de semana nas vilas do município; d) Requisitar à Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Sustentável – SEMADRE o fornecimento de Assistência Técnica para dar suporte aos agricultores familiares na plantação agrícola, criação de animais e peixes, bem como na produção de ração alternativa com produtos orgânicos da região, além de organizar a comercialização dos produtos agrícolas (AÇAÍ) que é desvalorizado no mercado; e e) Exigir da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA o cumprimento da lei que regula a pesca do Mapará no município. O Sr. **Jeoval Santos de Carvalho**, Coordenador da Casa Familiar Rural – CFR de Cametá abordou o tema: Pedagogia da alternância. Em sua explanação explicou que CFR chegou no ano de 2000 em Cametá. É um espaço onde os filhos de trabalhadores rurais e pescadores estudam com a proposta pedagógica da Pedagogia da Alternância, sendo um ambiente onde os alunos alternam entre sete dias de atividades escolares teóricas e práticas e sete dias de vivência comunitária. Lembrou que a CFR deu início às suas atividades com turmas do ensino fundamental e atualmente é autorizada pelo Conselho Estadual de



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMETÁ

C.N.P.J.: 34.625.749/0001-46
ESTADO DO PARÁ

Educação para ministrar Cursos Técnico profissionalizantes e de formação do Nível Médio. Disse ainda que para o período de vivência escolar, a CFR precisa garantir transporte, alimentação, estadia, além da permanência de professores disponíveis a garantir o ensino aprendizagem dos seus alunos. Neste sentido, vem através da Tribuna Popular pedir apoio do Poder Legislativo para buscar a celebração de parceria entre a CFR e o Poder Executivo municipal para que este possa garantir corpo técnico e administrativo e alimentação para garantir a formação de novas turmas na entidade; O Sr. **Eraldo Souza do Carmo**, vice coordenador do Campus Universitário do Tocantins tratou do tema: Educação do Campo. Explicou que a Educação do Campo é uma política pública que os Movimentos Sociais vêm dialogando com o estado brasileiro na perspectiva de buscar políticas de valorização do povo do campo. Ela abrange os eixos da educação, da saúde, do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável. A Educação do Campo visa contrapor o modelo de educação tradicional e busca educar o homem que vive no campo para ter acesso a todo tipo de conhecimento par que tenha alternativa de decidir se quer ou não viver no campo. Neste sentido, os Movimentos Sociais buscam discutir com todas as representações do Estado que valorizem o desenvolvimento no campo, baseado na agroecologia e num método de reprodução sustentável. Informou que o Campus Universitário do Tocantins – CUTINS, com sede em Cametá, tem a Licenciatura de Educação do Campo, que é fruto da luta dos Movimentos Sociais, responsável por trabalhar a formação do jovem do campo, qualificando-os para trabalhar nas ciências agrárias e nas ciências da natureza. Completou dizendo que os jovens formados em Educação do Campo têm dificuldade para trabalhar, pois, os editais de concursos públicos não oferecem o cargo que possa ser ocupado por estes profissionais. Disse ainda que a CFR contribui muito para a formação de jovens agricultores que aliam o processo formativo ao modelo de organização do curso de Licenciatura de Educação do Campo. Disse que é de suma importância a adequação do calendário escolar com as atividades produtoras de renda no meio rural, seguindo as diretrizes da Constituição Federal, da Lei de Diretrizes e Base da Educação - LDB e do Estatuto da Criança e

Rua: Treze de Maio, 3083 - Altos - Fone: (091) 3781-1196
Bairro São João Batista - CEP: 68.400.000 – Cametá- Pará

1ª Tribuna Popular
2º período da 19ª legislatura.



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMETÁ

C.N.P.J.: 34.625.749/0001-46
ESTADO DO PARÁ

do Adolescente. Por fim, pediu ao Poder Legislativo empenho para buscar a celebração de convênio entre a Casa Familiar Rural, a Prefeitura Municipal de Cametá e o Governo do Estado para a formação de novas turmas para os filhos de trabalhadores do campo, tomando como parte integrante a licenciatura em Educação do Campo e a metodologia da Pedagogia da Alternância. Concluiu sugerindo a apresentação de Projetos de Lei que incluam os egressos da Educação do Campo nos novos concursos públicos e processo seletivos. Na tribuna, pela ordem de inscrição, discursaram: O Vereador **Benedito Siqueira Nunes** informou que 85% das pequenas propriedades no Brasil são coordenadas por grupos familiares e 70% dos alimentos produzidos no Brasil são provenientes da agricultura familiar, por isso esse modo de produção tem enorme importância no desenvolvimento econômico do país, o que tem somado com a produção e geração de renda do campo, além de contribuir na redução do êxodo rural. Disse ainda que o Movimento Sindical tem contribuído buscando políticas de desenvolvimento social relacionada com a agricultura familiar. Ressaltou a importância de receber apoio do poder público como melhoramento das estradas, ramais e vicinais para dar melhores condições de escoamento da produção agrícola. Lembrou da criação, no município de Cametá, do Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável que serviria para dar apoio à agricultura familiar e que até a presente data não foi colocado em prática. Disse que o Poder Público precisa incentivar a produção, a criação de pequenos animais e a comercialização dos produtos da agricultura familiar, fornecendo-lhes assistência técnica de qualidade. Concluiu pedindo à mesa diretora a missão de expediente solicitando à bancada de Deputados Federais e Senadores do Pará a disposição de Emenda Parlamentar destinada a fazer análise de solo no município de Cametá. O Vereador **Waldecy Nunes dos Santos** informou que apresentou requerimento solicitando a formação de parceria entre a Secretaria Municipal de Educação – SEMED, Faculdade de Educação do Campo - FECAMP e Faculdade de Educação - FAED da UFPA/Cametá para a celebração de convênio visando fornecer curso de especialização de Práticas Pedagógicas de Educação do Campo, tendo como beneficiário final os alunos da



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMETÁ

C.N.P.J.: 34.625.749/0001-46
ESTADO DO PARÁ

Casa Familiar Rural de Cametá. Falou da importância que tem os Movimentos Sociais solicitarem a mecanização da terra dos agricultores, priorizando as atividades agrícolas no município. Argumentou que os agricultores precisam de incentivo através de capacitação e investimento para melhorar da produção, possibilitando assim o fornecimento de produtos para a merenda escolar no município. Concluiu informando que acompanhará uma equipe técnica da Secretaria Municipal de Agricultura no distrito de Cupijó onde será implantada uma horta de plantas medicinais e prestarão orientação para trabalhadores na criação de peixe. O Vereador **Manoel Alvim Batista da Silva** lembrou do convênio assinado entre CFR e a Prefeitura de Cametá que garantia alimentação e profissionais da educação à disposição dos alunos da CFR e das benfeitorias que esta parceria rendeu para o município (produção agrícola, criação de aves e suínos, entre outros). Propôs a disposição dos valores decorrentes das Emendas Impositivas, que os vereadores têm direito anualmente, para a realização da análise de solo em parceria com a Universidade Federal do Pará, proposta pelo vereador Benedito Siqueira Nunes. Fundou sugerindo diálogo com o chefe do Poder Executivo para reativar o convênio entre a Prefeitura Municipal e Casa Familiar Rural. O Vereador **Ricardo Ferreira Gonçalves** lembrou que a segurança pública deve ser intensificada na região urbana e no interior. Pediu à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Econômico – SEMADRE que dê mais atenção aos agricultores familiares. O Vereador **Ronivaldo Fernandes d Carmo** propôs a realização de Sessão Especial com a participação de um representante do Governo do Estado, juiz, promotor, delegado de polícia e comandante de Polícia Militar para discutir Segurança Pública no município de Cametá. Sugeriu ainda uma reunião com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA, donos de rede de pesca e demais pescadores do município para discutir os problemas decorrentes da pesca predatória. Falou da falta de estrutura das estradas, ramais e vicinais que dificultam o escoamento da produção agrícola municipal. O Vereador **João Paulo Cunha Nunes** informou que participou de evento que tratou sobre Segurança Pública onde ouviu relatos de que a Polícia Militar da região do Baixo Tocantins tem estrutura insuficiente para fazer ronda



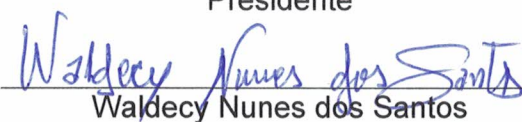
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMETÁ

C.N.P.J.: 34.625.749/0001-46
ESTADO DO PARÁ

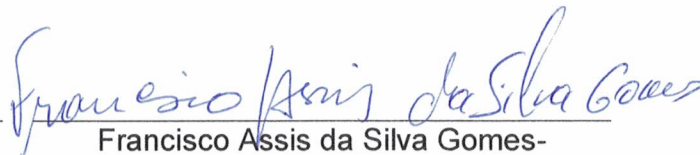
na região rural e ribeirinha do município por contar com número reduzido de soldados, quantidade reduzida de combustível para os veículos militares. Informou que em reunião destinada a tratar sobre Segurança Pública realizada na comunidade de Janua Coele, onde participarem agentes políticos do município de Cametá e Limoeiro do Ajurú, os prefeitos destes municípios se comprometeram em fornecer, mensalmente, 2.600L (dois mil e seiscentos litros) de combustível ao 32º Batalhão da Polícia Militar para garantir a ronda nas comunidades rurais e ribeirinhas. Ressaltou a importância de convidar representantes do Governo do Estado do Pará para discutir sobre Segurança Pública na região. Lembrou que a SEMADRE aradou, nos meses iniciais deste ano, grande quantidade de terra para trabalhadores rurais no município, porém falta o incentivo como o financiamento para garantir a produção. Falou da dificuldade que os trabalhadores enfrentam para fornecer alimentos para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Concluiu propondo convidar a SEMMA e SEMADRE para discutir financiamento e fornecimento de mudas aos trabalhadores rurais e pescadores. Nada mais a tratar, o presidente agradeceu a presença dos participantes da Sessão da Tribuna Popular e deu por encerrada a sessão da qual lavrei a presente ata que vai assinada pelos membros da mesa. Plenário Deputado Nelson da Silva Parijós, em quatro de agosto de dois mil e vinte e um.



João Paulo Cunha Nunes
Presidente



Waldecy Nunes dos Santos
1º Secretário



Francisco Assis da Silva Gomes-
2º Secretário